

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2013/2014

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SP006177/2013  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 17/06/2013  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR028861/2013  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46256.002943/2013-07  
**DATA DO PROTOCOLO:** 14/06/2013

SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTE RODOV.E URBANOS DE MARILIA E REGIAO, CNPJ n. 51.512.754/0001-61, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MOACIR BALDICERA;

E

RAPTUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP, CNPJ n. 03.672.377/0001-85, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). JOSE FRANCISCO SOARES DA SILVA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de maio de 2013 a 30 de janeiro de 2014 e a data-base da categoria em 1º de maio.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **MOTORISTAS URBANOS, COBRADORES, BORRACHEIRO, MECÂNICO, FISCAL (INCLUSIVE DE PLATAFORMA), AUXILIAR DE TRAFEGO, AUXILIAR DE LIMPEZA, ALMOXARIFE, AUXILIAR DE ALMOXARIFE, AUXILIAR DE MECÂNICO,** com abrangência territorial em **Garça/SP**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS NORMATIVOS**

**MOTORISTAS URBANOS:** R\$ 1.146,09

**COBRADORES:** R\$ 760,82

**BORRACHEIRO:** R\$ 902,23

**MECÂNICO:** R\$ 1.219,30

**FISCAL (inclusive de plataforma):** R\$ 842,38

**AUXILIAR DE TRAFEGO: R\$ 760,00**

**AUXILIAR DE LIMPEZA: R\$ 760,00**

**ALMOXARIFE: R\$ 902,23**

**AUX. DE ALMOXARIFE: R\$ 760,00**

**AUX. DE MECÂNICO: R\$ 902,23**

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As partes acordam que os salários serão reajustados em **9% (Nove por cento)**, aplicáveis sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2012 compensadas às antecipações espontaneamente concedidas e as decorrentes de lei, **para as demais funções.**

os novos salários terão vigência a partir de 1º de maio de 2013.

Os admitidos após a data base receberão proporcionalmente o mesmo reajuste, obedecendo à isonomia dos cargos, excluídos as vantagens pessoais.

### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA QUINTA - DIA DE PAGAMENTO**

##### **01- DIA DE PAGAMENTO:**

O pagamento do salário devera ser feito até o quinto dia útil de cada mês subseqüente ao vencido, incorrendo a empresa infratora em multa de um vigésimo de salário mínimo por dia, a favor de cada funcionário prejudicado.

### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS NOS SALARIOS**

##### **01- DESCONTOS NOS SALÁRIOS:**

Ficam vedados os descontos salariais a título de assaltos, roubos, quebra de veículos ou peças ou outras avarias ao patrimônio da empresa ou de terceiros, quando comprovado que o empregado não tenha contribuído para a ocorrência desses fatos.

**Parágrafo 1º:** As empresas poderão descontar da remuneração mensal do empregado, os valores por ele expressamente autorizados, para cobrir danos causados ou obrigações que tenha assumido, inclusive adiantamentos para despesas em viagens cuja prestação de contas não tenha sido corretamente realizada, com a apresentação dos comprovantes necessários. Os descontos poderão ser inclusive repassados à associação ou clube de empregados, cooperativas ou outras entidades, atendendo às mensalidades associativas, empréstimos convênios, planos de assistência médica/odontológica, farmácias, óticas, supermercados, seguros, etc. A qualquer tempo o empregado poderá revogar a autorização de desconto, exceto por obrigações já assumidas e até a liquidação dos eventuais débitos.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS SALARIAIS**

### **01- DESCONTOS NOS SALÁRIOS:**

Ficam vedados os descontos salariais a título de assaltos, roubos, quebra de veículos ou peças ou outras avarias ao patrimônio da empresa ou de terceiros, quando comprovado que o empregado não tenha contribuído para a ocorrência desses fatos.

**Parágrafo 1º:** As empresas poderão descontar da remuneração mensal do empregado, os valores por ele expressamente autorizados, para cobrir danos causados ou obrigações que tenha assumido, inclusive adiantamentos para despesas em viagens cuja prestação de contas não tenha sido corretamente realizada, com a apresentação dos comprovantes necessários. Os descontos poderão ser inclusive repassados à associação ou clube de empregados, cooperativas ou outras entidades, atendendo às mensalidades

associativas, empréstimos convênios, planos de assistência médica/odontológica, farmácias, óticas, supermercados, seguros, etc. A qualquer tempo o empregado poderá revogar a autorização de desconto, exceto por obrigações já assumidas e até a liquidação dos eventuais débitos.

## **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS DECORRENTES DE MULTA**

### **01- DESCONTOS DECORRENTES DE MULTAS:**

A empresa comunicará ao empregado a ocorrência de multa, no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento de sua notificação, apresentando-lhe cópia do auto de infração e as cópias dos documentos necessários ao recurso (documento do veículo), desde que decorrente do exercício de sua atividade.

**Parágrafo 1º:** O desconto do valor da multa só poderá ocorrer após a decisão do recurso, salvo caso de rescisão contratual, em cuja situação o desconto será realizado. Se a decisão for favorável ao empregado a empresa o ressarcirá no valor atualizado pela taxa referencial oficial.

**Parágrafo 2º:** O motorista primário na infração específica só será onerado da multa pelo seu valor normal.

**Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

## **CLÁUSULA NONA - ADIANTAMENTO SALARIAL - VALE**

### **01- ADIANTAMENTO:**

As empresas fornecerão vale adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário nominal contratual, até 15 dias após o pagamento do salário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCO**

### **01- PAGAMENTO ATRAVÉS DE BANCO:**

Sempre que os salários forem pagos através de bancos, será assegurado ao empregado intervalo

remunerado que não prejudique o andamento do serviço, sendo que esse intervalo não será incluído naquele destinado ao seu descanso, salvo se o crédito do salário for efetuado diretamente na conta corrente do funcionário.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

### **01- COMPROVANTE DE PAGAMENTO:**

Fica determinado o fornecimento obrigatório de comprovantes de pagamentos, contendo a identificação da empresa, bem como a discriminação de todas as parcelas pagas e descontos efetuados, ficando proibidos os descontos genéricos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO**

### **01- SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO:**

O trabalhador que venha a substituir outro em caráter não eventual e que perceba salário maior, por qualquer motivo, inclusive por rescisão contratual receberá salário igual a do trabalhador substituído a partir da data da substituição, excluídas as eventuais vantagens pessoais.

## **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

### **Adicional de Hora-Extra**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS**

### **01- HORAS EXTRAS:**

As horas extraordinárias não compensadas, quando prestadas em prorrogação á jornadas normais de trabalho, serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, respeitando-se eventuais acordos coletivos celebrados em separado sobre esse assunto.

**Parágrafo 1º:** As horas extras habituais integrarão a remuneração dos empregados para efeito do D.S.R. ,Férias, 13º Salário, Aviso Prévio e F.G.T.S.

**Parágrafo 2º:** Ficam os empregados, desde logo, autorizados a prorrogar e a compensar a jornada de trabalho nos termos do artigo 59 da CLT, devido às características de operação dos transportes rodoviários de passageiros sujeito a picos de horários e de demanda de serviços.

**Parágrafo 3º:** Os horários para fins de compensação de jornada poderão ser variáveis, não sendo necessária sua especificação, nem acordo individual, observado o limite de duas horas diárias.

**Parágrafo 4º:** As empresas poderão adotar calendário diferenciado para apuração das horas extras e demais parcelas variáveis considerando-se como tal o período a partir de um dia entre 21 e 30 dias de um mês até o dia correspondente do mês seguinte, de forma a se completar o período de um mês, como exemplo, de 21 de um mês a 20 do seguinte. Tal calendário permitirá que as empresas processem suas folhas de pagamentos em tempo, valendo para todos efeitos perante os órgãos de fiscalização, ficando mantida a data de pagamento.

### **Prêmios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PREMIO POR TEMPO DE SERVIÇO**

##### **PREMIO POR TEMPO DE SERVIÇO:**

A empresa pagará a seus empregados que contém com pelo menos (2) dois anos de serviço efetivo junto ao empregador o PTS, isto é; para os empregados que já completarem 02 anos na empresa, o mesmo fará jus ao PTS (Premio por tempo de serviço), que será pago mensalmente em percentual de 2% do salário base ou do piso da função que o empregado exerça prevalecendo o que for maior.

### **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS**

### **PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADO:**

Os empregados ora representados, farão jus a título de participação nos resultados (PPR), ao valor correspondente a **R\$ 355,00** (trezentos e Cinquenta cinco reais), que será pago em duas parcelas de igual valor, correspondente a **R\$ 177,50** (cento e Setenta e sete reais e cinquenta centavos) cada uma, a serem pagas juntamente com as folhas de pagamento dos meses de **SETEMBRO/2013** e **MARÇO/2014**.

**PARÁGRAFO 1º** - Referida obrigação é criada nas prerrogativas e isenções fixadas pela Lei, não tendo, portanto, qualquer conotação salarial, não integrando a remuneração do empregado, para quaisquer finalidades.

**PARÁGRAFO 2º** - Caso a empresa já tenha ou venha a instituir seu plano de participação nos lucros e/ou resultados, estará automaticamente desobrigada da referida obrigação, desde que observado os valores ora pactuados.

**PARÁGRAFO 3º** - Farão jus ao PR integral todos os funcionários que contarem com no mínimo 06 (seis) meses de contratação a contar da data do pagamento da primeira parcela, e a 50% (cinquenta por cento), ou seja, somente à 2ª parcela, aqueles admitidos entre **1º/05/2013 até a data de 30/09/2013**.

**PARÁGRAFO 4º:** ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho antes da data de pagamento da primeira parcela, se o empregado contar com no mínimo 06 (seis) meses de trabalho na empresa, fará jus ao recebimento desta parcela. Caso a rescisão ocorra após o vencimento da primeira e antes do vencimento da segunda parcela, fará ele jus também ao pagamento da segunda parcela, desde que observado neste caso o tempo mínimo de registro de 06 (seis) meses.

### **Auxílio Alimentação**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALIMENTAÇÃO**

### **ALIMENTAÇÃO:**

As empresas fornecerão uma Cesta Básica de 30 (trinta) quilos de alimentos a todos os empregados preferencialmente entre os dias 20 e 25 de cada mês. A cesta básica será constituída no mínimo dos seguintes itens: **15 kg Arroz agulhinha tipo I; 3 kg Feijão; 3 latas Óleo Soja; 1 kg Sal Refinado; 5 kg Açúcar; 2 kg Macarrão com Ovos; 1 kg de farinha de trigo, 01 pcte de café de 500 grs com selo abiq, 01 - lata de massa de tomate de 40 grs, 01 ☐ lata de goiabada de 400 grs.**

\_ O valor da alimentação quando fornecida ao empregado, independente da forma como seja concedida, bem como no transporte gratuito, ainda que em local servido de transporte público, não terão qualquer conotação de natureza salarial, portanto não se incorporam á remuneração para quaisquer efeitos e não constituem base de incidência de contribuição previdenciária ou do FGTS.

Perderá o direito ao benefício o empregado que:

- a) Ausentar-se injustificadamente do serviço por 3 (três) dias durante o mês;
- b) Não retirar a cesta no prazo de 3 (três) dias após o início de sua distribuição;
- c) As faltas decorrentes de suspensões disciplinares serão consideradas como ausências injustificadas;
- d) Estiver afastado de suas funções por doença ou acidente de trabalho a mais de 24 (vinte e quatro) meses, sendo que após este período a empresa ficará obrigada a notificar o empregado da cessação do recebimento, **bem como, de maneira facultativa**, a empresa poderá continuar o fornecimento da cesta.

- No mês da admissão, o empregado admitido somente fará jus ao benefício se houver laborado pelo menos 15 (quinze) dias. O mesmo critério será utilizado no caso de demissão.

- A retirada/entrega da cesta básica é exclusiva para o empregado, devendo, para tanto, apresentar o cartão funcional e um documento de identificação oficial com foto (C.N.H., R.G.).

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURA DE VIDA EM GRUPO**

##### **SEGURO DE VIDA EM GRUPO:**

As empresas manterão seguro de vida em grupo, garantindo indenização única e total de indenização de **R\$ 4.000,00** (Quatro mil reais) em caso de morte ou de invalidez permanente do empregado, decorrente de acidente de trabalho. A empresa que não contratar apólice de seguro responderá



pelo pagamento.

**44.1.** Se o empregado manifestar por escrito e a empresa concordar, poderá ser contratado seguro em valor superior ao estipulado, cujo prêmio adicional será descontado do salário.

### **Outros Auxílios**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXILIO FUNERAL**

### **AUXÍLIO FUNERAL:**

No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará ao dependente qualificado, a título de auxílio funeral e na época de óbito, o valor equivalente a ( 04) quatro salários mínimos. O pagamento poderá ser realizado ao Sindicato profissional, se este solicitar a tempo e comprovar haver adiantado o respectivo valor ao dependente qualificado. Caso o falecimento ocorra em transito, estando o empregado a serviço, a empresa responderá pelo custo do traslado do corpo.

### **Aposentadoria**

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INDENIZAÇÃO APOSENTADORIA**

### **INDENIZAÇÃO APOSENTADORIA:**

As empresas pagarão ao empregado que conte no mínimo 8 (oito) anos de tempo de serviço ao se aposentar, na ocasião de seu desligamento da empresa, uma indenização adicional no valor de 2 (duas) vezes a sua remuneração contratual.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - SALÁRIO ADMISSÃO**

### **01- SALÁRIO ADMISSÃO:**

Aos empregados admitidos para exercer a mesma função de outro, cujo contrato de trabalho tenha sido rescindido por qualquer motivo, será garantido o mesmo salário deste, excluídas as

vantagens pessoais.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOCUMENTOS**

### **01- DOCUMENTOS:**

Serão fornecidos documentos aos empregados, quando da admissão, cópia do contrato de trabalho e bem assim na demissão, contratual e outros pertinentes ao ato.

### **Desligamento/Demissão**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIAS NA RESCISÃO CONTRATUAL**

### **01- GARANTIAS NA RESCISÃO CONTRATUAL:**

**As rescisões de contrato de trabalho, havendo o empregado prestando mais de 12(doze) meses de serviço, serão preferencialmente homologadas na entidade sindical da categoria profissional, no prazo de 10(dez) dias após o desligamento.**

**34.1 Na ocorrência de atraso por culpa da empresa, esta pagará ao empregado, multa no valor de um vigésimo de salário mínimo por dia excedente ao prazo estipulado, cujo valor será limitado a um salário.**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JUSTA CAUSA**

### **JUSTA CAUSA:**

Em caso de dispensa por justa causa a empresa comunicará ao empregado, por escrito e contra recibo, cientificando-o dos motivos da dispensa, sob pena de gerar presunção de dispensa e motivado.

### **Aviso Prévio**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - INDENIZAÇÃO ADICIONAL AO AVISO PRÉVIO**

### **INDENIZAÇÃO ADICIONAL AO AVISO PRÉVIO:**

Na rescisão do contrato de trabalho, sem justa causa e por iniciativa da empresa, será paga uma

indenização adicional ao aviso prévio, correspondente a 2 (dois) dias do salário contratual, por ano de serviço ou fração superior a seis meses.

### **Suspensão do Contrato de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INTERRUPÇÃO DO TRABALHO**

##### **01- INTERRUPÇÃO DO TRABALHO:**

Quando as empresas suspenderem o trabalho o trabalho de seus empregados por motivos técnicos para a execução de serviços de manutenção ou falta de matéria-prima não poderão exigir que reponham as horas deixadas de trabalhar.

**Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CARTEIRAS DE TRABALHO**

##### **01- CARTEIRAS PROFISSIONAIS:**

As empresas cuidarão para que sejam anotados nas CTPS, os cargos efetivamente exercidos pelos empregados, respeitados as estruturas de cargos e salários existentes nas mesmas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com observância do que estabelece o art. 29 da CLT.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - MULTA POR ATRASO**

##### **MULTA POR ATRASO:**

Na ocorrência de atraso por culpa da empresa, esta pagará ao empregado, multa no valor de um vigésimo de salário mínimo por dia  
Excedente ao prazo estipulado, cujo valor será limitado a um salário.

**Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

**Estabilidade Mãe**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - GARANTIA A GESTANTE**

### **01- GARANTIA Á GESTANTE:**

Será garantida a estabilidade provisória da gestante, dès da confirmação da gravidez, levada de imediato ao conhecimento da empresa na forma da lei.

#### **Estabilidade Serviço Militar**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR**

### **01- GARANTIA AO EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR:**

As empresas concederão estabilidade ao trabalhador em idade de prestação de serviço militar desde o alistamento e até 60(sessenta) dias após a baixa ou dispensa da incorporação

#### **Estabilidade Aposentadoria**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA**

### **01- GARANTIA AO TRABALHADOR EM VIAS DE APOSENTADORIA:**

Ficam asseguradas as garantias de emprego e de salário aos empregados que dependam de até dois anos para aquisição do tempo mínimo de serviço necessário à aposentadoria e que trabalhem na empresa por período igual ou superior a 5 (cinco) anos, condicionando-se, entretanto, á comprovação desse fato por escrito ao empregador, ressalvando-se, a ocorrência de falta grave.

**16.1.** A comprovação deverá ser feita até 30 dias antes da aquisição do referido tempo. caso não tenha feito essa comprovação, tal fato será informado no ato do recebimento de eventual Aviso Prévio, ficando o empregado liberado de cumprimento para providenciar os documentos comprobatório. Se comprovar até o termo final do Aviso Prévio, este será cancelada; caso contrário à demissão será mantido, considerando-se como faltas os dias não trabalhados.

**16.2.** No caso de Aviso Prévio indenizado, haverá prazo de até vinte dias para comprovação a partir da data determinada para homologação da rescisão, que ficará suspensa durante esse período.

### **Estabilidade Adoção**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - MAES ADOTANTES**

**01- MÃES ADOTANTES:**

As mães adotantes de recém-nascidos até 06 meses de idade serão consideradas, para efeito das garantias previsto neste acordo, com os mesmos direitos da mãe biológica.

### **Outras estabilidades**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO ESTUDANTE**

**01- EMPREGADO ESTUDANTE:**

O empregado estudante, cursando estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, terá abonado a falta para a prestação de exames escolares, quando realizados durante a jornada de trabalho desde que avise antecipadamente seu empregador, no prazo de mínimo de 72 horas, sujeitando-se à comprovação posterior.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTROLE DE HORÁRIOS**

**01- CONTROLE DE HORÁRIOS:**

A empresa fica obrigada a manter controle de horários para seus empregados, na forma da lei.

**Parágrafo 1º :** Nos registros deverão constar os horários de apresentação ao trabalho conforme escalado, e o de encerramento, cumpridas as

últimas obrigações.

**Parágrafo 2º:** No intervalo para repouso ou alimentação será registrado o tempo efetivamente desfrutado.

**Parágrafo 3º:** Haverá apenas um intervalo para repouso ou alimentação dentro da mesma jornada de trabalho, que pode ser de 01 (uma) a 02(duas) horas, prevalecendo neste caso o estabelecido § 2º do art. 71 da CLT.

**Parágrafo 4º:** Os D.S.R, domingos ou feriados trabalhados poderão ter folga compensatória no período de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo 5º:** A empresa fica obrigada a manter controle de horário para seus empregados conforme Lei 12.619 de 30.04.2012.

### **Intervalos para Descanso**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ESCALAS DE FOLGA**

### **01- ESCALA DE FOLGAS:**

As empresas darão conhecimento com, pelo menos de 2 semanas de antecipação da escala de tráfego o serviço para seus motoristas e cobradores para que eles possam planejar suas atividades familiares e de lazer.

### **Férias e Licenças**

#### **Duração e Concessão de Férias**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS**

### **FÉRIAS:**

Observado o disposto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal vigente e no art. 135 da CLT, as férias terão início em dias úteis

### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Condições de Ambiente de Trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - AGUA POTÁVEL**

### **ÁGUA POTÁVEL:**

As empresas se obrigam a manter no local de trabalho, água potável para consumo dos seus empregados.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - SANITÁRIOS**

### **SANITÁRIOS:**

As empresas se obrigam a manter os sanitários masculinos e femininos em condições de higiene

### **Uniforme**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES**

### **UNIFORMES:**

Fica estabelecido o fornecimento gratuito de 2 calças e 3 camisas, por ano, para os motoristas, cobradores e bilheteiros e dois macacões para o pessoal de manutenção. Os uniformes cujo uso for exigido pela empresa, serão fornecidos gratuitamente

### **Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MOTORISTA**

### **CURSO DE CAPACITAÇÃO DE MOTORISTAS:**

As empresas fornecerão sem ônus para seus empregados motoristas, o curso de capacitação para motoristas do transporte coletivo de passageiros, de que trata a Portaria DETRAN 1467/SP de 08 de novembro de 2001. Os candidatos á admissão deverão se apresentar já com o curso concluído, ou suportar o ônus de sua realização, a critério das empresas contratantes.

### **Aceitação de Atestados Médicos**

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS A PREVIDENCIA SOCIAL**

### **01- PRENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL:**

A empresa deverá preencher a documentação exigida pelo INSS (atestado de afastamento e salários; declaração de atividade penosa, perigosa e insalubre, etc.), quando solicitado por escrito pelo trabalhador e fornecê-la, obedecendo ao prazo máximo de 5(cinco) dias.

### **Relações Sindicais**

#### **Garantias a Diretores Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS**

**01- PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS:**

As empresas liberarão por três 3 (três) dias os delegados sindicais no exercício de mandato, por empresa, para participarem do congresso anual da categoria, devendo o sindicato profissional comunicar os nomes e o evento por escrito ao seu superior imediato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

#### **Acesso a Informações da Empresa**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - QUADRO DE AVISO**

**01- RELAÇÃO DE EMPREGADOS:**

Por ocasião do recolhimento da contribuição sindical, que deverá ser efetuado em conta própria na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, as empresas, juntamente com as guias de recolhimento, enviarão às entidades sindicais as relações dos empregados, contendo nome, funções e valor da contribuição de cada um.

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÕES DE EMPREGADOS**

**01- PARTICIPAÇÃO NOS CONGRESSOS:**

As empresas liberarão por três 3 (três) dias os delegados sindicais no exercício de mandato, por



empresa, para participarem do congresso anual da categoria, devendo o sindicato profissional comunicar os nomes e o evento por escrito ao seu superior imediato, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADES SINDICAIS**

### **01- MENSALIDADES SINDICAIS:**

Desde que observados os termos do Art. 545 da CLT, as empresas descontarão em folha de pagamento as mensalidades associativas em favor da entidade sindical profissional, procedendo ao recolhimento em seu favor, até o 2º dia útil após o pagamento dos

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS - ART 513 DA CLT ALINEA "E"**

### **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS [E] ART.513 DA LT, ALINEA [E]:**

Será descontado de todos os trabalhadores representantes por esta entidade a título de Contribuição Assistencial **6% (seis por cento)** em duas parcelas de **3% (três por cento)**, sendo a primeira em **Julho/2013** e a segunda em **Novembro/2013**, a ser repassada em conta bancária da entidade através de boleto bancário até o 5º útil do mês subsequente, conforme decisão da assembleia em 28/03/2013

**Parágrafo Primeiro:** Outras contribuições seguirão os mesmos critérios.

**Parágrafo Segundo:** Fica ressalvado, o direito de oposição do trabalhador, a ser manifestado expressamente perante o sindicato profissional competente até 10 (dez) dias depois do recebimento do primeiro pagamento com aplicação deste acordo.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA MENSAL - ART. 8º INCISO IV DA CF**

### **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA MENSAL [E] ART.8º, INCISO IV DA CF:**

Será descontado de todos os trabalhadores representados por esta entidade a título de contribuição Confederativa, 1% (um por cento) mensal a ser repassado em conta bancária da entidade, através de guia própria até o 5º dia útil do mês subsequente, conforme decisão da assembléia realizada no dia 28/03/2013.

**Parágrafo Primeiro:** Outras contribuições seguirão os mesmo critérios

**Parágrafo Segundo:** Fica ressalvado o direito de oposição do trabalhador a ser manifestado expressamente perante o sindicato profissional competente até 10 (dez) dias depois do recebimento do

primeiro pagamento com aplicação deste acordo.

### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - SEST SENAT**

##### **SEST/SENAT:**

As entidades sindicais, patronal e profissional, atuarão em conjunto para avaliar o funcionamento do SEST/SENAT, no atendimento ao setor, objetivando a contrapartida das taxas pagas.

### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - RECONHECIMENTO DA CONVENÇÃO**

##### **RECONHECIMENTO DA CONVENÇÃO:**

Os termos e condições pactuados nesta convenção deverão ser reconhecidos por toda inclusive fiscalização e justiça do trabalho, como estabelecido no art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal.

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO**

##### **AÇÃO DE CUMPRIMENTO:**

Anteriormente á propositura da ação de cumprimento, as partes evitarão esforços buscando a solução do impasse pela via negocial, com a intermediação da federação Laboral e do Sindicato Patronal.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - RECONHECIMENTO DOS ACORDOS**

##### **RECONHECIMENTO DOS ACORDOS:**

Os acordos firmados entre empresas e sindicatos terão eficácia para todos os empregados da empresa, independentemente da base territorial das filiais.

**Outras Disposições**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA**

**MULTA:**

Fica estipulada a multa de um vigésimo de salário mínimo para cada infração às cláusulas contidas neste acordo, revertendo o benefício a favor da parte prejudica, com exceção daquelas que preveem multa específica.

**MOACIR BALDICERA**

Presidente

**SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTE RODOV.E URBANOS DE  
MARILIA E REGIAO**

**JOSE FRANCISCO SOARES DA SILVA**

Sócio

**RAPTUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA - EPP**

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .